



Vol. I nº 1 jan./jun. 2006

p. 311-314

## POLÍTICAS DO GOVERNO REQUIÃO PARA AS UNIVERSIDADES PARANAENSES: UM BALANÇO PRELIMINAR<sup>1</sup>

*Luiz Fernando Reis<sup>2</sup>*

O Governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), durante a sua campanha eleitoral, se apresentava como um candidato comprometido com as mudanças, e por conseqüência, afirmava que sua administração seria uma antítese da administração “neoliberal” do então Governador Jaime Lerner (PFL). No seu discurso de posse Requião afirmou: “Toda a minha campanha e todo o meu programa de governo tiveram como centro a proposta de mudança. Mudança de prioridades, mudança de estilo”. Prometeu “fortalecer a autonomia das universidades para que as mesmas pudessem oferecer um ensino gratuito e da melhor qualidade”. Na ocasião, também assumiu o seguinte compromisso: “vamos devolver aos nossos funcionários a auto-estima, o orgulho de serem servidores públicos e vamos sentar com eles para discutir de forma franca e aberta, como é de meu feitio, as formas adequadas para repor progressivamente, tudo aquilo que foi perdido, desgastado e suprimido nesses últimos anos”. Entretanto, a análise das ações desencadeadas pelo Governo Requião, em relação às universidades, demonstra que no fundamental não há mudanças. Requião tem dado continuidade à política de desmonte das universidades públicas que vinha sendo implementada por Jaime Lerner (PFL) ao longo de seus 8 anos de governo (1995-2002).

Em relação às universidades paranaenses, o Governo Requião (PMDB) tem implementado políticas que demonstram uma grande distância entre o discurso e a prática governamental. Alegando que recebeu uma “herança maldita do governo Lerner”, o Governo Requião computa suas medidas anti-populares na conta do governo anterior. Neste sentido, o secretário da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Aldair Rizzi, afirmou que sua gestão havia herdado “um quadro caótico do ponto de vista administrativo e financeiro. Havia a expansão desorganizada de cursos, sem a garantia de orçamento e, conseqüentemente, qualidade”.

Para enfrentar a chamada “herança maldita”, o Governo Requião, por meio da SETI, colocou em curso uma “política de reestruturação de todo o sistema estadual de ensino superior”. Tal política, cujo objetivo é redução do gasto público com as universidades paranaenses, incluiu, dentre outras medidas, a suspensão da

implantação de novos cursos de graduação, o “fechamento” de cursos de graduação já implantados, a imposição de arrocho salarial aos servidores docentes e técnicos e a não realização de concurso público para a contratação de novos servidores. Quanto ao “fechamento” de 43 cursos de graduação que haviam sido implantados a partir do ano 2000, o secretário Rizzi afirmou que a SETI iria analisar esses cursos caso a caso e as universidades poderiam manter apenas aqueles cursos que não representassem novos impactos orçamentários e financeiros para o Estado. Dos 43 cursos que tiveram seus vestibulares suspensos pelo Governo Requião, 42 foram autorizados, no decorrer do ano de 2004 e início de 2005, a realizar o vestibular para iniciar novas turmas. Para tanto, o Governo Requião exigiu uma contrapartida das universidades. Alguns cursos foram “reabertos” porque a comunidade foi “convocada” para investir recursos tanto para a adequação dos espaços quanto para a aquisição de equipamentos. De acordo com o secretário Rizzi, “a regularização da maioria dos cursos suspensos em tempo recorde deve-se a um esforço conjunto: governo, universidade e sociedade. (...) Percebemos o esforço das universidades no ajuste às políticas públicas e pela primeira vez a sociedade se envolvendo plenamente no processo. Houve uma mudança de conceitos e metas gerenciais”. O “envolvimento” da comunidade, à medida que ela assume parte do financiamento da educação ou aceita condições precárias na oferta pública da educação, é a tradução das recomendações do Banco Mundial. A esse respeito, o secretário Rizzi cita o exemplo da prefeitura de Umuarama que assumiu o compromisso de contribuir para o funcionamento do curso de Medicina Veterinária da UEM projetado para funcionar naquela cidade. As próprias universidades foram “estimuladas” a fazerem ajustes internos de modo a obter a autorização do Governo Requião para o funcionamento dos cursos suspensos. No caso da UNICENTRO, o secretário Rizzi afirma que nessa universidade houve “o aumento da carga do professor, de 9,9 para 14,9 horas-aula semanais, sem qualquer ônus para o Tesouro Estadual”. Os exemplos de “envolvimento” louvados pela SETI estão se multiplicando.

Na sua obstinação em reduzir os gastos públicos com a educação superior no Paraná, o Governo Requião se nega a repor aos servidores das universidades as salariais acumuladas. Tais perdas já ultrapassam os 60%. Como resultado do arrocho salarial tem se verificado uma grande evasão de docentes das universidades estaduais do Paraná que estão se demitindo e buscando melhores condições salariais e de trabalho em universidades federais e particulares. Tal evasão, verificada ao longo de 2004, deverá ser intensificar neste ano. Além de não repor as perdas salariais acumuladas, o Governo Requião vem procurando ampliar a carga horária dos docentes em sala de aula, reduzindo o tempo dedicado à pesquisa e à extensão.

Na seqüência das medidas adotadas pelo Governo Requião, cumpre destacar ainda o cancelamento, em fevereiro de 2004, do concurso público para o preenchimento de 1.314 vagas para docentes solicitadas pelas administrações superiores das universidades paranaenses. Posteriormente, o Governo Estadual autorizou a contratação de professores por meio de testes seletivos, na forma precarizada de trabalho temporário e em número menor do que o solicitado pelas universidades. A autorização prescreveu a contratação de 690 professores contra a demanda de 1.314. De acordo com o Governo Estadual, tais professores deverão se dedicar exclusivamente às atividades de ensino. Quanto à autorização para a realização de teste seletivo para a contratação de apenas 690 professores, o secretário Chefe da Casa Civil, Caito Quintana, com sinceridade invejável, afirmou: “Com essa atitude o Governo está demonstrando a racionalização que se pretende nos gastos com pessoal”. Num artigo que procurava justificar a “reestruturação do ensino superior no Paraná”, revelou o objetivo das políticas do Governo Requião para as universidades paranaenses: “dar maior racionalidade às atividades acadêmicas e administrativas das instituições de ensino superior públicas”. Tal objetivo se assemelha bastante ao “discurso neoliberal” incessantemente repetido pelo governo anterior (Lerner) e denunciado pelo PMDB quando era partido de oposição.

Como conseqüência das medidas “racionalizadoras” adotadas pelo Governo Requião, houve uma redução do orçamento das universidades estaduais em relação à receita do ICMs. O estrangulamento financeiro das universidades vem se constituindo nos últimos anos na principal característica das políticas governamentais para o ensino superior público no estado do Paraná. Tal estrangulamento financeiro se aprofundou especialmente a partir de 1997 e vem sendo mantido na Gestão do Governador Requião. Para o ano de 2005, o Governo Requião pretende repassar às universidades paranaenses apenas 6,64% do ICMs (cota parte estadual). Comparado à arrecadação do ICMs em anos passados, as IEES paranaenses irão receber, em 2005, menos recursos do que recebiam em 1994, por exemplo. Entretanto, hoje é muito maior o número de cursos, de alunos, de funcionários e professores. É bom lembrar que, em 1997, foram destinados pelo Governo Estadual às IEES paranaenses 12,88% do ICMs (cota parte estadual). Pergunta-se: como sobreviver atualmente numa situação de crescimento do ensino superior e drástica redução orçamentária?

Por fim, alertamos para o significado deste processo de deliberado desmonte das universidades estaduais patrocinado pelo Governo Requião. Procura-se atacar moralmente essas instituições para viabilizar, sem que ninguém perceba, uma “reforma universitária” que diminua a participação do Estado no financiamento da educação superior pública e que restrinja o trabalho docente à atividade de sala de aula.

REFERÊNCIAS:

REIS, L.F.; BOSI, A. P. *Reforma Universitária do Governo Lula e Governo Requião: Uma Análise Comparativa*. Mimeo. 2005.

NOTAS

- <sup>1</sup> Este texto é parte das reflexões sobre a reforma da educação superior no Brasil desenvolvidas no âmbito dos estudos realizados pelos autores em função da militância no movimento sindical de docentes do ensino superior (Adunioeste – Seção Sindical do ANDES-SN) e em função da participação do autor Luiz Fernando Reis no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE).
- <sup>2</sup> Professor do Curso de Enfermagem da Unioeste. E-mail: luizfernandoreis@aol.com.